

DISCURSOS PROFERIDOS NA SOLENIDADE DE POSSE DOS JUÍZES JOÃO AMÍLCAR SILVA E SOUZA PAVAN e ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA, NOS CARGOS DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE, RESPECTIVAMENTE, DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10.^a REGIÃO, PARA O BIÊNIO 2004/2006 – 23.03.2004

Discurso do Exmo. Juiz Presidente Braz Henriques de Oliveira

“O momento é de festejar. Comemoramos o fim de uma etapa. Saudamos o início de uma nova administração. Chegou, enfim, a hora de passar o bastão. Não os aborrecerei fazendo prestação de contas. A hora não é apropriada. Também não há lamentações a fazer.

Ao assumir esse cargo, afirmei que tinha consciência do fato de que o Presidente é mero realizador da vontade do Colegiado e conclamei os meus pares a refletirem sobre a questão. Fizeram mais. Não somente refletiram, mas hipotecaram seu integral apoio ao árduo trabalho de gestão. Participaram e colaboraram intensamente comigo, facilitando e incentivando de modo que, se fiz algo de proveitoso, mais ainda queria fazer, nutrido sempre por muita energia que este Plenário me concedia. Assim, não há preito de reconhecimento pessoal, mas simplesmente a constatação de que o Tribunal apontou o rumo, cabendo-me segui-lo, o que me esforcei por fazer. Por isso, meus agradecimentos a todos os Juízes da Corte que souberam avaliar o alcance do que lhes pedi e não me negaram o auxílio certo e apropriado.

Agradeço ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho que, na pessoa do Eminentíssimo Ministro FRANCISCO FAUSTO, seu Presidente, foi um parceiro constante e compreensivo com nossas necessidades e jamais negou seu apoio e colaboração quando as solicitei.

Especial agradecimento tenho a fazer ao Excelentíssimo Juiz João Amílcar, meu Vice-Presidente que, em nenhum momento, faltou com a administração. Companheiro leal, ponderado, honesto e de quem só recebi ajuda e compreensão.

Aliás, tenho a certeza de que Sua Excelência, agora na Presidência, bem como o seu Vice-Presidente, o Eminentíssimo Juiz Alberto Bresciani, farão excepcional trabalho à frente do Tribunal, porque são dotados de qualidades que os distinguem em inteligência, competência e habilidade para o diálogo.

Aos servidores, todos eles, que demonstraram sua afeição com inúmeras homenagens a mim, e por pouco não me levaram ao pranto, tal a emoção, meus agradecimentos.

A todo o corpo administrativo agradeço na pessoa dos Diretores-Gerais. Reconheço que, sem sua dedicação e capacidade técnica, nada teria sido feito.

Aos meus familiares, minha querida esposa Lilia, meus filhos Alexandre, André e respectivas esposas, à minha filha Liliane e à minha netinha Bárbara, minhas desculpas pelas inúmeras ausências e minha gratidão, pois a sua compreensão e amor foram meu sustentáculo nas horas difíceis e sem eles nada teria sentido ou razão, mas acima de tudo, sou grato a DEUS que, com sua bondade e justiça, concedeu-me saúde, ânimo e vontade suficientes para a travessia desse biênio de muito trabalho e de grandes alegrias.

Finalizo, reafirmando aos novos dirigentes que a Presidência não é do Presidente, mas de todos, e que seu exercício é, ao mesmo tempo, o poder de decidir e, sobretudo, a capacidade de ouvir, pedir e conceder. Espero que tenha legado uma estrutura mais harmoniosa e menos emperrada em seu funcionamento, desejando que tenham amplo êxito em sua missão.

Obrigado!"

Discurso da Exma. Juíza Maria de Assis Calsing

"Exmo. Sr. Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10.^a Região, Doutor João Amílcar Silva e Souza Pavan, Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Doutor Francisco Fausto Paula de Medeiros, nas pessoas de quem me permito cumprimentar todas as autoridades aqui presentes, Senhores Advogados, Senhores Funcionários, Senhoras e Senhores,

Foi com um misto de alegria e apreensão que recebi a honrosa incumbência de saudar, em nome desta Corte, Suas Excelências, os Juízes João Amílcar Silva e Souza Pavan e Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, que hoje assumem, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência deste Tribunal Regional do Trabalho da 10.^a Região, para o biênio 2004/2006.

Alegria, porque é sempre muito bom ter a oportunidade de falar sobre amigos, amigos queridos. Principalmente quando eles são guindados a postos de tamanha relevância. Alegria, porque falo, em especial, para esses amigos,

na certeza de que nossos laços de amizade, forjados em anos de convivência salutar, saberão perdoar qualquer deslize. Enfim, alegria, porque sou depositária da confiança de meus pares para, em nome de todos e de cada um, externar-lhes votos de bom êxito.

Por outro lado também me assaltou uma grande apreensão, um receio de não estar à altura da tarefa. Mas, nesse embate entre sentimentos aparentemente tão opostos, razão, talvez, de minha hesitação preliminar em aceitar a incumbência, fui buscar inspiração, primeiro, nas Cartas de São Paulo, nas quais o apóstolo nos conforta ao afirmar que é na fraqueza que nos revelamos fortes, porque em Deus tudo podemos e, em segundo, no grande cantor e compositor, Milton Nascimento, que, de forma tão linda nos descreve a importância da amizade, ao dizer que “amigo é coisa pra se guardar no lado esquerdo do peito”, ou seja, no coração.

Portanto, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, permitam-me, meus amigos João e Alberto, meus colegas, senhoras e senhores, é com o coração, onde guardo a amizade que nutro pelos empossados e com a total confiança que deposito na misericórdia divina, que tentarei traduzir a saudação que esta Casa gostaria de fazer-lhes.

Vossas Excelências assumem o controle administrativo, financeiro e representativo desta Corte de Justiça num momento de grande importância, em particular, para o Poder Judiciário do país, num período em que o Brasil passa por crises e turbulências sociais, econômicas, políticas e institucionais de toda sorte, algumas de grande gravidade.

Com efeito, os problemas econômicos, os quais vem a nação tentando solucionar por intermédio de sucessivos planos e ajustes econômico-financeiros, têm tornado a realidade social do país difícil de ser suportada por diferentes segmentos da população. Não há ramo de atividade que se encontre imune às agruras causadas por tais políticas, nem sempre bem sucedidas.

A educação se vê às voltas com um ensino de baixa qualidade nas escolas e universidades. O sistema de saúde pública não consegue dar vazão à grande procura por atendimento, sendo comum constatarmos pelo noticiário que pessoas morreram na fila de espera dos hospitais, seja por falta de médicos, seja de medicamentos ou equipamentos para a realização de exames. A previdência social entrou em colapso em razão da má administração perpetrada ao longo dos anos e hoje se debate entre questões que propugnam pela diminuição dos direitos dos já aposentados e aquelas que dificultam a situação dos que ainda vão se aposentar. O emprego formal é privilégio de um número cada vez menor de trabalhadores e, para tristeza do orgulho nacional, não

são poucos os casos de trabalho escravo, de exploração do trabalho infantil e de prostituição na infância. A geração de novos empregos, embora perseguida pelos governantes, não consegue ser alcançada de forma satisfatória. A lista das mazelas é infindável e muitos outros problemas poderiam ser citados, como os da violência, da criminalidade crescente, da destruição do meio ambiente, da falta de habitação e saneamento básico.

Tal estado de coisas coloca em xeque as instituições públicas, cuja existência tem por finalidade, exatamente, regular, gerir, facilitar e harmonizar a vida em sociedade, buscando o bem comum.

É por isso que os poderes constituídos, Executivo, Legislativo e Judiciário, são, a todo momento, cobrados por suas ações. E assim deve ser, porque a sociedade tem o direito e o dever de receber e cobrar do Estado os serviços e bens que lhe são constitucionalmente garantidos. Muito se tem dito sobre a crise que assola tanto o Executivo, quanto o Legislativo e o Judiciário. Entretanto, talvez em razão da reforma que se encontra em discussão no Congresso Nacional, tem o Judiciário sido especialmente agredido nos últimos tempos com insinuações e acusações por parte dos demais poderes da República, numa verdadeira satanização de quem, pela Constituição Federal, deve dizer o direito, entregando a justiça. Como Pilatos, lavam as mãos, esquecendo-se de que é do Executivo que vêm os recursos destinados à administração da justiça pelo Estado, sempre muito inferiores às necessidades, e é o Legislativo quem vota as leis que dariam, por exemplo, maior celeridade ao processo judicial. Prega-se um controle externo do Judiciário, que não se sabe bem que finalidade terá, colocando-se em risco o princípio da harmonia e independência entre os poderes.

Esse cenário, entretanto, não deve desanimar Vossas Excelências e, de resto, a todos nós. Li, certa vez, nos idos de 1994, no Jornal O Popular de Goiânia, que “a crise é a melhor benção que pode acontecer a pessoas e países. Porque a crise traz progresso, a criatividade nasce da angústia e o dia lindo vem do ventre da tempestade escura. Sem crises não há desafios, sem desafios a vida é rotina que chama o tédio, sem crise ninguém tem méritos. É só na crise que você mostra que é bom, pois sem crise todo vento é carícia. Quem supera a crise supera a si mesmo sem ficar superado, e quem pendura no gancho da crise seus fracassos e lamúrias, violenta o seu próprio talento e tem mais respeito a problemas que soluções”.

Juiz João Amílcar, Juiz Alberto: encontrar soluções que superem os problemas pelos quais certamente passa e passará esta Corte neste biênio; fazer com que este Tribunal continue honrando, pela operosidade e lisura de

seus magistrados e funcionários, o nome da Justiça do Trabalho e do Poder Judiciário; contribuir, no que lhe for afeto, para o bom relacionamento entre os vários órgãos do Judiciário e dos demais poderes; velar para que a Justiça do Trabalho, por intermédio desta Corte, possa realizar o papel que lhe cabe na defesa dos direitos sociais, é esse o desafio que lhes entregaram os membros deste Tribunal ao elegê-los, por unanimidade, sem nenhuma disputa, com sói acontecer na 10.^a Região, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente.

Certamente, contam V. Ex.^{as} com o apoio incondicional dos pares, e contamos todos nós com o talento, a criatividade, o conhecimento, a disponibilidade e o brilhantismo de V. Ex.^{as}, qualidades que possuem em abundância.

O Juiz João Amílcar de Souza e Silva Pavan, embora mineiro de Uberlândia, onde nasceu em 1960, passou sua infância e grande parte de sua juventude em Goiânia. Em 1981, ingressou na Universidade de Brasília, no curso de Direito, e iniciou sua carreira profissional em terra candanga, onde exerceu vários cargos, tanto no Judiciário quanto no Executivo federal. Em 1987, foi aprovado em 3.^o lugar no Concurso Público para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto desta 10.^a Região da Justiça do Trabalho. Em agosto de 1988, foi promovido a Juiz Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, tendo presidido as Juntas de Araguaína, no estado de Tocantins, e a 3.^a e a 18.^a Juntas de Brasília. Enquanto Juiz Presidente de Junta, substituiu nesta 2.^a instância por diversas vezes. Enfim, em março de 1996, passou a compor, de forma definitiva, esta Corte, onde exerceu os cargos de Diretor da Escola Judicial, Presidente da 1.^a Turma e de Vice-Presidente. Nos anos de 2001 e 2002, S. Ex.^a esteve convocado, extraordinariamente, para compor o colendo Tribunal Superior do Trabalho, atuando na 1.^a e na 4.^a Turmas daquela Corte. O Juiz João Amílcar participou de diversas bancas de concurso como examinador, proferiu inúmeras palestras em seminários e ciclos de estudos e possui várias condecorações.

A primeira vez em que ouvi falar do Juiz João Amílcar, e minha vaidade feminina não me permite dizer o ano, foi por intermédio de sua mãe, Maria Lúcia, com quem tive o prazer de trabalhar na 3.^a Junta de Conciliação e Julgamento de Goiânia, para qual fui promovida a Presidente de Junta. Em conversa com Maria Lúcia, não me recordo se no trabalho ou em sua casa, onde estive por diversas vezes, sempre recebida com finura e carinho, contou-me ela que seu filho trabalhava no Tribunal, em Brasília. Como lhe disse que não sabia do fato e que não o conhecia, mas que procuraria fazê-lo quando aqui viesse, ela retrucou afirmando que eu não teria dificuldade em encontrá-lo, bastaria que procurasse pelo homem mais bonito do Tribunal. É

verdade que as mães costumam exagerar os atributos dos filhos, mas esse, pude comprovar, não era o caso de Maria Lúcia.

Ao longo dos anos em que trabalhei com o Juiz João Amílcar, pude presenciar a forma brilhante com que desenvolve seus argumentos, quer escrevendo quer falando, sua cultura e conhecimento jurídicos, a maneira ardente com que defende seus posicionamentos, embora não menos respeitosa, a dedicação ao trabalho, o trato cordial com os colegas. É por todos respeitado por suas posições firmes, seguras, de quem tem muita afinidade com o Direito.

Sempre fui tratada pelo Juiz João Amílcar, quer nos debates calorosos em sessão, quer em situações mais descontraídas, com respeito, carinho e até mesmo uma certa deferência, o que revela o seu reto caráter, seu cavalheirismo e sua face humanitária.

Dono de um humor refinado e sempre a par das atualidades, a conversa flui fácil com o Juiz João Amílcar. Dá prazer, particularmente, ouvi-lo falar com amor das tiradas inteligentes da independente Carolina e das últimas peripécias do traquinas Leonardo, seus filhos. Tem em sua esposa Tereza Elaine a mulher apaixonada e companheira, profissional brilhante e bem sucedida, que o apóia e estimula.

O Tribunal Regional do Trabalho da 10.^a Região sente-se honrado, Juiz João Amílcar, em ter V. Ex.^a como membro e em confiar-lhe seus rumos destino para o próximo biênio.

O Juiz Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, que assume a Vice-presidência, embora nascido na cidade do Rio de Janeiro e criado em Araíba do Sul, naquele estado, de onde saiu para estudar em Juiz de Fora, Minas Gerais, minha querida terra natal, é mineiro de coração, mas sobretudo, de espírito e atitudes. Isso, por si só, já é, a meu juízo, qualidade suficiente a autorizar-lhe o exercício de qualquer cargo. Entretanto, em respeito aos que pensam em contrário, informo que o Juiz Alberto bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora em 1983, cidade onde começou sua vida profissional, tendo trabalhado na Prefeitura, na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos, como oficial administrativo, advogado, assessor de Secretário e procurador administrativo. Em novembro de 1988, tomou posse como Juiz do Trabalho Substituto deste Tribunal e, em março de 1991, foi promovido a Juiz Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, tendo presidido as Juntas de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, e a 7.^a e a 17.^a Juntas de Brasília. Como juiz titular esteve convocado nesta Corte, em substituição, e, em junho de 1998, foi

nomeado Juiz deste Tribunal Regional. Esteve atuando, extraordinariamente, no Tribunal Superior do Trabalho, no período de 1999 a 2003. S. Ex.^a possui diversos cursos de extensão universitária e várias comendas, tendo publicado inúmeros trabalhos jurídicos e participado, como examinador, de muitas bancas de concursos públicos.

Em todos os lugares por onde andou o Juiz Alberto desde que passou a integrar a Justiça do Trabalho, é conhecido por sua elegância no trato, sua cordialidade, sua tranquilidade, seu profundo conhecimento do Direito, suas posições claras e seguras, sempre firmemente embasadas, e por sua imensa produtividade, fruto de sua capacidade de trabalho e sua dedicação.

O Juiz Alberto tem a seu lado a sua querida Rita, mulher dinâmica, positiva, inteligente, profissional competente, que a todos cativa, companheira feita sob medida para contrabalançar sua timidez. E há seis anos, chegaram Filipe e Eduardo, os gêmeos tão esperados, que mantêm a família em contínua festa. Às vezes longe e às vezes perto, a mãe Maria Lucia, que vela constantemente pelo filho mais velho.

Esta Corte tem certeza, Juiz Alberto, que S. Ex.^a o Juiz João Amílcar terá em V. Ex.^a o Vice-Presidente ideal para auxiliá-lo na árdua tarefa de presidir este Tribunal. O laço de amizade e de compadrio que os une seguramente será fortalecido nos próximos dois anos.

Sr. Presidente, embora o caminho que se descortine à frente de V. Ex.^a seja um caminho difícil, foi ele aplainado pela administração que hoje se despede, sob o comando do Juiz Braz Henriques de Oliveira. O Juiz Braz termina seu período de presidência incensado por seus pares e com o reconhecimento de todos que aqui trabalham pela excelente administração, pela dedicação exaustiva, pelas realizações alcançadas e por sua incansável disposição para solucionar os impasses surgidos. Neste momento em que deixa o cargo, esta Corte quer lhe demonstrar o seu agradecimento. E para isso, nada melhor do que a simplicidade de dizer muito obrigado, mas um obrigado no sentido literal, casto e histórico do termo, no qual todos nós, magistrados e funcionários do Tribunal Regional da 10.^a Região, nos sentimos obrigados para com V. Ex.^a em razão do muito que lhe devemos. Receba, Juiz Braz Henriques de Oliveira, o nosso eterno obrigado, nesses termos.

Enfim, quero entregar V. Ex.^{as} a Deus. Possa Ele acolhê-los em suas mãos amorosas, guiando-lhes os passos, a fim de que o caminho que hoje começam a trilhar seja suave e bem traçado. Que as pedras que certamente surgirão possam ser ultrapassadas com humildade e persistência.

Termino como comecei: de coração. Que Deus os abençoe e guarde, que Ele derrame sobre V. Ex.^{as} suas graças infindáveis. Assim seja.
Muito obrigada.”

Discurso do Exmo. Juiz Presidente João Amílcar Silva e Souza Pavan

“Excelentíssimo Senhor Ministro Francisco Fausto Paula de Medeiros, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, na pessoa de quem saúdo todas as demais autoridades presentes.

Minhas Senhoras, meus Senhores.

Mais uma vez completa-se o ciclo de dois anos, e o Tribunal renova a sua direção. Seguindo o costume, criado desde a sua instalação, elegeu os dirigentes pelo critério da antiguidade, preservando o revezamento entre seus membros. Aqui estamos, no fundo, para homenagear essa atitude salutar, impessoal e reveladora da maturidade da Corte, a qual assegura a tranquilidade necessária para a realização de seu papel institucional.

Enfrentamos tempos difíceis - a insegurança e a confusão perseveram, em meio a uma sociedade perplexa e sedenta de soluções efetivas. Mas os momentos de crise revelam-se, também, os mais férteis e propícios para o alcance de uma realidade melhor.

Imbuído de honra, determinação e despojamento, assumo a Presidência do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, com a tarefa de representar todos os seus magistrados, nesta difícil e eterna busca da virtude plena. As personalidades que aqui nos homenageiam, sem par no mundo jurídico; os familiares, que nos provêm de amor e segurança; os amigos, que nos estimulam e nos corrigem; os pares e a equipe, que apóiam e realizam e, especialmente, os cidadãos, que crêem em uma sociedade equânime, tornam-me depositário de singular voto de confiança, mas também alvo visível e assumido do compromisso de bem servir.

Elejo a integração, o planejamento, a transparência - não existe rua de pedras mudas, nem casa sem ecos - e o equilíbrio, como ferramentas essenciais à construção do adequado perfil do poder judiciário. Creio nas pessoas, no espírito solidário e na esperança que ele cria. Creio nos sonhos, que num átimo desbordam-se de realidade, como o sorriso arrebatador das crianças. Creio em vocês, crendo assim na minha capacidade de desempenhar esta tão elevada missão.

A tarde finda e a noite avança, mas sempre haverá um novo dia. Que ele seja o fiel espelho de nossos esforços, de nós mesmos, a quem cabe a digna responsabilidade de definir o amanhã.

Agradeço, em nome da Corte e mais uma vez, o prestígio conferido pelas ilustres presenças que, neste momento, tanto nos honram.
Muito obrigado.”